



Das Reformas Neoliberais à BNCC: Impactos e Desafios da Democratização Digital no Contexto Amazônico

From Neoliberal Reforms to the BNCC: Impacts and Challenges of Digital Democratization in the Amazonian Context

Cleide Maria Castro Rodrigues

Aluna do Programa de Mestrado em Ciências da Educação e Ética Cristã, da Enber University.

Dayanny Deyse Leite Rodrigues

Professora do Programa de Pós Graduação em Ciências da Educação da Enber University. Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás.

Resumo: O presente estudo examina as consequências das reformas neoliberais e da introdução da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação digital, com destaque para o contexto amazônico. A análise parte do entendimento de que as políticas voltadas à educação nacional contemporânea mostram-se substancialmente influenciadas por organismos internacionais, para os quais prevalecem a eficiência mercadológica e a padronização de habilidades, num movimento de desvalorização das características locais. No tocante à trilha metodológica percorrida, a pesquisa propõe uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, ancorada em análise documental e bibliográfica. A análise de conteúdo é o mecanismo utilizado para sistematizar os achados, que são agrupados sob três eixos centrais: dependência tecnocrática, infraestrutura assimétrica e invisibilidade regional. Os resultados apontam para uma situação fortemente marcada por uma distância vigorosa entre a normativa oficial de educação tecnológica e o cenário real das escolas públicas no estado do Amazonas, nas quais o acesso à rede mundial de computadores é, predominantemente, efetivado por meio de dispositivos móveis, os quais operam com pacotes de dados limitados. O estudo esclarece que a determinação de habilidades digitais padronizadas, quando não acompanhada de recursos materiais adequados e do devido letramento digital docente, resulta em um marcador social que solidifica as desigualdades históricas. Por fim, a pesquisa defende que o caminho para a efetiva democratização digital na Amazônia passa, necessariamente, pela superação da lógica do capital, bem como pela compreensão de que a conectividade é um bem público essencial, o que deve ocorrer mediante uma postura de pleno respeito aos saberes locais.

Palavras-chave: educação digital; BNCC; Amazônia.

Abstract: This study examines the consequences of neoliberal reforms and the introduction of the National Common Curricular Base (BNCC) in digital education, with emphasis on the Amazonian context. The analysis is based on the understanding that policies directed toward contemporary national education are substantially influenced by international organizations, for which market efficiency and the standardization of skills prevail, in a movement that devalues local characteristics. Regarding the methodological path adopted, the research proposes a qualitative, exploratory, and descriptive approach, grounded in documentary and bibliographic analysis. Content analysis is the mechanism used to systematize the findings, which are grouped under three central axes: technocratic dependence, asymmetric infrastructure, and regional invisibility. The results point to a situation strongly marked by a significant gap

between the official normative framework for technological education and the actual reality of public schools in the state of Amazonas, where access to the worldwide computer network is predominantly carried out through mobile devices operating with limited data packages. The study clarifies that the establishment of standardized digital skills, when not accompanied by adequate material resources and proper teacher digital literacy, results in a social marker that consolidates historical inequalities. Finally, the research argues that the path toward effective digital democratization in the Amazon necessarily requires overcoming the logic of capital, as well as understanding connectivity as an essential public good, which must occur through a posture of full respect for local knowledge.

Keywords: digital education; BNCC; Amazon.

INTRODUÇÃO

O panorama no qual se inserem as políticas educacionais brasileiras nos últimos decênios mostra-se fortemente ligado a mudanças estruturais do Estado. Estas são estabelecidas a partir de um modelo de gestão que privilegia a eficiência mercadológica, em evidente contraste com o prejuízo observado na garantia dos direitos sociais. Esse cenário traduz a incorporação de uma lógica gerencialista que deixa o direito à educação em condição de subordinação aos critérios da austeridade fiscal e da competitividade global. Inspirada em organismos multilaterais, essa reconfiguração estatal transforma o espaço escolar em um campo de padronização técnica, no qual, em detrimento da equidade e das peculiaridades regionais, é valorizada a eficiência produtiva.

O quadro que se formou diante desse contexto sofreu considerável intensificação a partir da década de 1990, momento no qual foram estabelecidos os fundamentos para uma reforma educativa voltada a convergir o currículo nacional às necessidades e peculiaridades de uma economia globalizada.

Nesse contexto, a edição da Lei nº 9.394/1996 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) confirmou as diretrizes de flexibilidade e autonomia, vinculando a educação à formação para a cidadania e para o mercado de trabalho. Quando previu a instituição de uma base comum, a LDB conferiu ao Estado o ônus de regular os conteúdos e as habilidades esperadas em nível nacional.

Todo esse processo culminou com o estabelecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento por meio do qual são ressignificadas as competências e habilidades estruturais para a Educação Básica, que tem na chamada cultura digital um de seus pilares fundamentais.

Todavia, é necessário considerar que a efetivação dessas diretrizes, que sugerem o uso consistente de recursos tecnológicos, tem como cenário um país marcado por vigorosas desigualdades socioeconômicas. Em se tratando do estado do Amazonas, essa realidade adquire um contorno bem acentuado. Isso porque as particularidades geográficas da região conferem ao lugar um contexto - não hegemônico, mas significativo - de isolamento de comunidades ribeirinhas e infraestrutura deficitária. Tais elementos comprometem a lógica de universalização presente no regramento estabelecido.

Assim, o problema que norteia a presente pesquisa pode ser estabelecido nos termos seguintes: de que modo a discrepância entre o discurso oficial de modernização tecnológica e a estrutura precarizada funciona como desafio à democratização do acesso digital na região amazônica, em especial no contexto de implementação do Programa de Inovação Educação Continuada (PIEC) da BNCC?

Justifica-se o desenvolvimento deste trabalho mediante a necessidade de examinar, criticamente, o panorama de austeridade e as reformas estruturais que, em função de normativas internacionais, condicionam o financiamento da educação pública à implementação de um formato de gestão mercadológico.

Essa visão ancora seu fundamento na transferência de modelos corporativos para a escola, onde a educação é administrada a partir de uma métrica de eficiência produtiva e de uma racionalização de custo. Com isso, reduz-se a qualidade pedagógica a indicadores estatísticos de desempenho, que guardam relação direta com a formação de capital humano, em clara negligência a formação crítica e cidadã do educando.

Na região amazônica, essa situação adquire aspectos ainda mais severos visto que a exclusão digital manifesta-se como forma de silenciamento pedagógico, realçando as diferenças históricas e obstaculizando a participação plena da população local em processos de inovação e cidadania patrocinados pelas tecnologias.

Nesse sentido, o objetivo geral da presente pesquisa é analisar como as reformas neoliberais impactaram a educação digital no Brasil, sobretudo o sistema de ensino do Amazonas. Especificamente, o estudo volta-se a três finalidades essenciais: conhecer a influência dos organismos internacionais na elaboração da BNCC; discutir as ferramentas de inclusão e regulação do PIEC; e evidenciar a distância entre o regramento federal e o cenário real das escolas públicas no Amazonas.

Com o escopo de subsidiar as discussões apresentadas, o texto mostra-se estruturado da seguinte forma: em princípio, detalham-se os procedimentos metodológicos da análise documental; em seguida apresenta-se a fundamentação teórica acerca do neoliberalismo e da cultura digital. Reserva-se à terceira seção a discussão dos resultados sobre a conectividade no Amazonas, após o que se elaboram as considerações finais.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma abordagem de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo (Gil, 2017). Perseguindo o objetivo de tecer uma análise crítica sobre os impactos decorrentes da influência neoliberal e da BNCC na educação digital, em especial no recorte amazônico, esta pesquisa serviu-se de fontes documentais e bibliográficas como principal trilha metodológica para a coleta e interpretação dos dados (Lakatos; Marconi, 2021).

A porção documental da pesquisa é representada por documentos normativos da educação nacional e levantamentos estatísticos de órgãos oficiais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Por seu turno, a pesquisa bibliográfica tomou por base estudos acadêmicos e científicos que tratam da temática abordada. A escolha das fontes foi feita com observância aos objetivos propostos, na perspectiva de selecionar aquelas que oportunizassem a investigação em torno do impacto dos organismos multilaterais na elaboração da BNCC, discutir os mecanismos de inclusão e regulação do PIEC, além de verificar a assimetria entre o regramento estabelecido e a realidade do ensino público no Amazonas.

A análise documental foi efetivada por meio da técnica da análise de conteúdo, como defendido por Bardin (2020). Essa metodologia contempla um conjunto de ferramentas de avaliação que, a partir de práticas sistemáticas e objetivas de descrição das mensagens, oferece condições de dedução de informações acerca das condições de produção de tais mensagens. A técnica foi operacionalizada em três fases principais: pré-análise (ordenação do material), exploração do corpus (sistematização e categorização) e o tratamento dos resultados (suposição e interpretação).

A escolha das fontes documentais observou critérios de importância institucional e temporalidade atual, dando-se preferência a diplomas federais e indicadores oficiais referentes à educação digital no Brasil. O exame dessa documentação foi feito sob criteriosa observância da técnica de Bardin (2020), que orientou a construção das categorias analíticas de modo dedutivo. Para tal, tomou-se por base o referencial teórico acerca das reformas neoliberais, confrontando-as com as recorrências temáticas existentes nos mencionados documentos. Esse procedimento possibilitou a categorização dos dados em três classes: dependência tecnocrática, infraestrutura assimétrica e invisibilidade regional. Assim, a partir dessas categorias, foi possível estabelecer um paralelo entre o regramento oficial e a prática real no chão da escola, evidenciando as contradições que permeiam a alardeada educação digital em contextos de peculiaridades regionais.

NEOLIBERALISMO E A ESCOLA DIGITAL

A Influência dos Organismos Internacionais

Debruçar-se sobre as políticas educacionais brasileiras é ação que reclama, obrigatoriamente, a percepção da influência exercida por organismos multilaterais, entre os quais se destacam o Banco Mundial e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Muito além do aporte financeiro, a atuação dessas organizações alcança o campo da formulação doutrinária, formatando o pensamento pedagógico nacional de acordo com o pensamento do capital globalizado (Colacios; Araujo, 2024).

Como apontado por Amorim e Leite (2019), o Banco Mundial é colocado como uma referência de intelectualidade coletiva, com diretrizes que tendem a impor um direcionamento peculiar à educação, na medida em que privilegia a eficiência fiscal e a diminuição da ação estatal em detrimento da garantia de direitos sociais fundamentais.

Esse quadro, em que a educação é posta em situação de subordinação a parâmetros econômicos, tornou-se mais intenso no limiar dos anos 1990. Nesse contexto, as mudanças nas estruturas curriculares passaram a ser tratadas como vetores estratégicos em favor da formação de uma força de trabalho adaptável. Como explicam Vasconcelos, Magalhães e Martineli (2021), a BNCC pode ser entendida como uma consequência direta dessa influência neoliberal, uma vez que centraliza o processo educativo no desenvolvimento de competências e habilidades instrumentais. De acordo com os autores, essa leitura favorece o esvaziamento da natureza crítica da escola, substituindo-a por uma lógica de absorção da aprendizagem, na qual a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso educacional é atribuída ao próprio estudante e não às políticas públicas.

A cultura digital, inserida nesse contexto, não é tida como um mecanismo de emancipação. A rigor, ela tem potencial para funcionar como uma ferramenta de controle e padronização. Acerca do tema, Oliveira, Rossignoli e Pádua (2025) defendem que as políticas de modernização tecnológica, não raro estimuladas por comandos internacionais, destinam-se a abrir o setor educacional a empresas especializadas e ao setor financeiro. Como exemplo dessa assertiva, pode-se mencionar a reforma do Ensino Médio, que coroa a dualidade educacional brasileira, deixando a formação intelectual para uma elite e destinando à classe trabalhadora um ensino voltado à operacionalidade.

Tratando-se da região Norte, em especial o Amazonas, a imposição de padrões universais de conectividade mostra-se excludente. Melo Neto e Oliveira (2022) ressaltam que os paradigmas internacionais não são capazes de reconhecer a frágil estrutura tecnológica e as desigualdades geográficas da Amazônia.

Esse desencontro não permite a percepção sobre a inviabilização provocada pela logística territorial e os altos custos de infraestrutura na região em relação à padronização desejada. Logo, a busca pela eficiência digital, ao ignorar as distâncias das regiões ribeirinhas, intensifica o quadro de disparidades, em vez de minimizá-lo.

Cumprir destacar que quando o Estado condiciona o financiamento e a avaliação do ensino à utilização de tecnologias remotas, como aconteceu durante a pandemia de COVID-19, observa-se um quadro de aprofundamento da desigualdade digital. Os estudantes de áreas periféricas e ribeirinhas preservam o perfil de periferia em relação ao ambiente digital, uma vez que a falta de infraestrutura compromete, sobremaneira, o uso da inovação tecnológica como vetor de efetiva equidade educacional (Magalhães, 2021).

O impacto dos organismos internacionais na formatação da educação brasileira, de acordo com Amorim e Leite (2019), muito além de refletir um processo de modernização, revela-se como uma estratégia de deterioração de direitos.

A retórica da inserção digital, quando desvinculada de um projeto de soberania regional, limita-se a ser uma ferramenta de preservação de estruturas de exclusão e subalternidade, características de um modelo neoliberal de desenvolvimento periférico.

Sob essa ótica, digno de registro é o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA, tradução de *Programme for International Student Assessment*) que, coordenado pela OCDE, assenta-se como mecanismo de regulação curricular indireta. O programa prevê a aplicação trianual de uma avaliação entre estudantes de 15 (quinze) anos em diversos países do mundo. Os resultados dessa ação são sistematizados e utilizados para definir reformas educacionais nas nações participantes, entre as quais figura o Brasil (Vasconcelos; Magalhães; Martineli, 2021).

Inobstante o PISA não avaliar o currículo de nenhum país, é por meio de seus resultados que é definida uma gama de competências e habilidades que a OCDE estabelece como padrão global desejável, o que é feito em flagrante desrespeito às peculiaridades sociais, políticas e geográficas de cada país (Brasil, 2023).

Outro aspecto merecedor de atenção nesse contexto de impacto provocado por organismos internacionais reside na ligação entre os financiamentos do Banco Mundial e as reformas educacionais no Brasil. Silva, Lima e Pagnoncelli (2022) asseveram que o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 foi estabelecido a partir das recomendações dessas entidades, assim revelando uma certa tendência à privatização do ensino, ao incentivo a avaliações voltadas a resultados quantitativos e ao fomento à parceria público-privada.

Em um contexto concreto, essa dinâmica de mercantilização da educação pública é uma realidade crescente no Brasil. Adrião e Silva (2023) indicam que as reformas educacionais de natureza privativista, estimuladas por entes privados, são conduzidas por uma governança marcada por uma lógica mercadológica com potencial para ditar modelos pedagógicos e curriculares, elementos outrora exclusivos do poder público.

É mediante essas considerações que se torna viável entender o perfil estrutural da exclusão digital nas comunidades amazônicas. Ao mesmo tempo em que os organismos multilaterais defendem a inclusão tecnológica como principal mecanismo do desenvolvimento educacional, as práticas de austeridade por eles aconselhadas desestimulam o investimento público em infraestrutura, elemento imprescindível para que a conectividade seja uma realidade em regiões periféricas e ribeirinhas. É o que leciona Moreira (2020), quando afirma que os ditames do Banco Mundial favorecem, no contexto do neoliberalismo, o pensamento de redução dos gastos estatais, o que compromete o oferecimento de serviços públicos essenciais.

Vê-se, pois, um significativo distanciamento entre o discurso de modernização e a prática cada vez mais tímida de investimentos. Esse panorama, no entendimento de Melo Neto e Oliveira (2022), revela que os organismos multilaterais, ao contrário de estimularem práticas que levem à equidade, restringem-se a reproduzir as assimetrias que, historicamente, moldam a educação pública brasileira, sobretudo em regiões de maior vulnerabilidade social, como o Amazonas.

A BNCC e o Contexto Amazônico: Entre a Padronização e a Exclusão Regional

A implementação da BNCC no estado do Amazonas cria um cenário de relativa tensão. De um lado, a proposta de uniformização das aprendizagens; de outro, as peculiaridades de uma região marcada por complexidades geográficas e vigorosas desigualdades socioeconômicas. O documento inclui a cultura digital como uma das 10 (dez) competências gerais, o que, considerando-se o território amazônico, torna-se inviável em razão da escassez de infraestrutura tecnológica (Melo Neto; Oliveira, 2022; Brasil, 2018).

Em relação à infraestrutura digital, o cenário amazônico revela uma contradição entre o crescimento estatístico e a eficácia pedagógica. De acordo com informações constantes da pesquisa TIC Domicílios, o acesso à rede mundial de computadores nos ambientes domésticos da região Norte é da ordem de 82 (oitenta e dois) pontos percentuais. Contudo, é importante registrar que o Norte é a região que concentra a maior proporção de usuários que acessam a rede, exclusivamente, por meio de dispositivos móveis, numa taxa de 64% (sessenta e quatro por cento), dessa maneira superando, significativamente, a marca de 58% (cinquenta e oito por cento), que corresponde à média nacional (NIC.br, 2025).

À luz das contribuições de Santos *et al.* (2025), o acesso via aparelho de telefonia celular, não raro condicionado a pacotes de dados limitados e instáveis, compromete a utilização pedagógica, nos moldes sugeridos pela BNCC. Esta reclama o desenvolvimento de conteúdos multimídia, pesquisa acadêmica e programação, ações dificilmente executadas em telas reduzidas e em condições de intermitência de conexão.

Nesse diapasão, a exclusão digital não pode ser compreendida somente como consequência da indisponibilidade de aparato tecnológico ou falta de infraestrutura adequada. Em uma perspectiva mais ampla, ela manifesta-se na condição de expressão material de desigualdades históricas, estruturais e persistentes. Essas diferenças restringem o acesso aos recursos digitais, bem como às condições de utilização crítica, autônoma e significativa das ferramentas respectivas. Portanto, a exclusão digital não pode ser explicada nem combatida de forma isolada, uma vez que sua superação reclama estratégias integradas, com potencial para considerar as diversas situações que favorecem esse panorama de exclusão (Magalhães, 2021).

A pandemia de COVID-19 revelou, no âmbito da região amazônica, as severas limitações de acesso à tecnologia digital, que culminaram com a adoção do mensageiro WhatsApp como ferramenta elementar na comunicação entre professores e alunos. Além disso, conforme apontam Oliveira, Carvalho e Dolzane (2022), o material didático, sobretudo apostilas, era entregue por meio de canoas. Em outras palavras, enquanto o mundo recorria às facilidades da era digital, a Amazônia amargava as vicissitudes de possibilidades analógicas.

Em relação à formação docente, a implementação da BNCC também assume uma singularidade. Consoante Oliveira, Rossignoli e Pádua (2025), o documento indica práticas de formação docente continuada, mediadas, essencialmente, por plataformas digitais, sem que seja considerado o fato de que uma parcela significativa dos professores do interior do Amazonas não possui condições de acesso estável à internet nem letramento digital adequado às exigências normativas estabelecidas.

Tal realidade soa contraditória, na medida em que o mesmo regramento que estabelece ao professor a missão de estimular e desenvolver habilidades digitais nos estudantes não garante as condições mínimas para que o docente esteja capacitado para aquele mister. A esse quadro, acrescenta-se a inexistência, no texto da BNCC, de referências explícitas à volumosa diversidade que caracteriza a Amazônia. Nessa perspectiva, é o posicionamento de Carvalho e Montoya (2025), quando pontuam que a BNCC, ao desqualificar as peculiaridades regionais da Amazônia, revela-se ineficiente para garantir uma educação efetivamente contextualizada e democrática.

A omissão de referências ao âmbito amazônico no texto da BNCC, muito além de representar uma lacuna técnica, traduz uma opção política que favorece a padronização em detrimento da importância social e cultural da região. Quando o texto normativo deixa de considerar a realidade de estudantes indígenas e ribeirinhos, vê-se potencializado um formato de educação que desrespeita as vozes do lugar e estabelece um currículo distanciado do contexto local (Pantoja; Zenha, 2025).

Essa realidade descortina um cenário no qual a cultura digital, fortemente orientada pela BNCC, adquire potencialidade para atuar como um novo e forte mecanismo de exclusão. Afinal, a qualidade do ensino é estabelecida como variável da habilidade de consumo tecnológico, assim favorecendo o aprofundamento do abismo havido entre a retórica da inovação e as condições precárias das escolas. Estas, sem a mínima condição de infraestrutura básica, empreendem esforços hercúleos para assegurar, minimamente, o vínculo educativo (Melo Neto; Oliveira, 2022).

Outrossim, a busca incessante por objetivos de conectividade, sem que haja investimento público em infraestrutura logística e letramento digital no interior do Amazonas, é ação que, indubitavelmente, transfere ao docente o ônus de uma necessidade não provida pelo Estado (Andrade; Souza, 2022).

Em suma, verifica-se que a aplicação da BNCC na conjuntura amazônica é inserida num contexto de políticas educacionais que se voltam à mercantilização da eficiência, funcionando como vetor de perenização das desigualdades históricas existentes na região. Em última análise, a imposição de habilidades digitais padronizadas, segundo posicionamento de Figueirêdo, Lopes e Rocha (2025), compromete a percepção de que, em diversas localidades interioranas, a inclusão tecnológica é elemento indissociável da inclusão pedagógica, que valoriza os aspectos socioculturais da região. Desse modo, percebe-se um grave risco de manter a Amazônia em uma condição de inferioridade em relação ao projeto globalizado de educação.

Desigualdade Digital como Marcador Social

O quadro representado pela desigualdade digital não se restringe tão somente à falta de infraestrutura tecnológica. Sob uma leitura mais pragmática, essa realidade reproduz, aprofunda e naturaliza as diferenças históricas no Brasil, sobretudo em relação à região amazônica. O que se verifica é que a implantação de tecnologias digitais na educação, conforme proposto pela BNCC, em vez de incluir, funciona como uma ferramenta de exclusão. O processo observado aponta para um cenário de estratificação que atravessa classe social, raça, localização territorial, etnia e gênero, solidificando, dessa forma, ciclos de marginalização pedagógica e social (Serejo *et al.*, 2026; Silva *et al.*, 2026).

No estado do Amazonas, essa dinâmica assume aspectos potencialmente graves quando se volta a atenção às condições estruturais das escolas públicas, especialmente as localizadas em regiões ribeirinhas e interioranas. O acesso à internet, quando possível, padece de rotineira instabilidade e quase sempre é viabilizado por sinal via satélite ou móvel, o que se mostra insuficiente para atender, minimamente, às exigências da BNCC e do PIEC (Cunha *et al.*, 2025).

Nesses lugares, os obstáculos físicos, o precário fornecimento de energia elétrica estável e as deficiências observadas no letramento digital são fatores que, aliados à carência estrutural, transformam a preconizada cultura digital em uma ferramenta que acentua a exclusão de professores e alunos de comunidades indígenas e ribeirinhas (Pantoja, 2025; Rocha; Gouveia, 2026).

O panorama traçado por essa realidade reflete uma dinâmica de austeridade decorrente das reformas neoliberais que, ao priorizarem o aspecto mercadológico em detrimento da igualdade social, confirmam a distância abissal entre a retórica da modernização tecnológica e a prática da exclusão. Nesse sentido, Adrião e Silva (2023) destacam que as políticas educacionais delineadas a partir da ingerência de organismos multilaterais induzem à diminuição de gastos públicos com infraestrutura nas regiões mais vulnerabilizadas. Com isso, observa-se uma situação marcada pela desqualificação dos saberes locais, num processo de acerto injusto, no qual a escola pública vê-se na condição de veículo de reprodução e legitimação de assimetrias sociais, desprovida do potencial devido para superar tais desigualdades (Bourdieu, 2023).

Importa registrar que a desigualdade digital, além de representar um óbice de natureza técnica, estabelece-se como um marcador social com potencial para aprofundar as diferenças sociais, culturais e econômicas existentes. Consoante entendimento de Melo Neto e Oliveira (2022), a efetivação de políticas como o PIEC, não raro, é palco de impossibilidades, as quais decorrem do silenciamento imposto às peculiaridades regionais, o que contrasta com um modelo que privilegia as elites urbanas.

Toda essa diferença guarda relação com o que Bourdieu (2023) conceitua como reprodução do capital cultural. Ou seja, a escola, ao reclamar o desenvolvimento de habilidades digitais, sem garantir o provimento da respectiva estrutura necessária,

fomenta a discriminação em relação a uma significativa quantidade de alunos, que já são vítimas de uma considerável restrição a conteúdos simbólicos e culturais.

Debruçando-se sobre o tema Rodrigues *et al.* (2025) e Kelfer *et al.* (2025) asseveram ser a lacuna digital um fenômeno impossível de ser resolvido somente a partir da disponibilização de equipamentos técnicos. Para os autores, a prática percebida no cotidiano das escolas configura um quadro de total incoerência com o que Levy (2010) considera como a integração efetiva da tecnologia nas práticas sociais.

A tecnologia, quando desprovida do respectivo letramento e posicionada num cenário de infraestrutura inadequada, aliena-se de sua função de vetor de democratização para colocar-se na condição de ferramenta de segregação. É o que se observa em porção significativa da região amazônica, onde o pleno exercício da cidadania digital e a eficácia das diretrizes da BNCC são, seriamente, comprometidos (Capote; Nascimento; Ramalho, 2025).

A condição da desigualdade digital como marcador social é potencializada pela influência de organismos internacionais, cujas recomendações, com um forte apelo mercadológico, são acatadas quando da definição dos parâmetros educacionais brasileiros. Autores como Amorim e Leite (2019) defendem que a subordinação da educação às diretrizes traçadas externamente transforma-a em um instrumento de reprodução do capital.

O pensamento neoliberal tende a desconsiderar as características genuinamente regionais de lugares como a Amazônia, marcados por consistentes faltas de investimentos e conseqüente fragmentação do ensino. Este, por sua vez, é voltado a adaptar o aluno ao sistema, sem preocupar-se com sua emancipação social (Piconi, 2024; Tavares; Borges, 2025).

Por conseguinte, como mencionado alhures, a implementação de políticas ditas inclusivas, em essência, mostra-se excludente. Com amparo em Melo Neto e Oliveira (2022), constata-se uma baixa taxa de alcance dessas ações em estados como o Amazonas, numa demonstração inequívoca de que a conectividade alardeada e estabelecida em instrumentos normativos apresenta-se, profundamente, desconexa da realidade física das instituições, assim fortalecendo a marginalização.

Em síntese, entende-se que o caminho para o equacionamento de todas essas questões, necessariamente, passa pela implantação de políticas públicas que ultrapassem o simples provimento técnico, alcançando o necessário letramento digital, com vistas a fomentar conceitos de justiça social e cidadania (Ribeiro *et al.*, 2026; Silva; Silva; Santos, 2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Categorização dos Achados

A análise dos dados ensejou a organização estruturada dos resultados em três categorias principais, quais sejam: dependência tecnocrática, infraestrutura assimétrica e invisibilidade regional. Essas categorias analíticas confirmam a falta de sincronia entre os instrumentos normativos e a realidade operacional das escolas do Amazonas.

O Quadro 1, a seguir apresenta essa categorização:

Quadro 1 - Categorias Analíticas da Exclusão Digital no Amazonas.

Categoria Analítica	Principais Dados	Reflexo Pedagógico
Dependência Tecnocrática	Influência de organismos internacionais na formulação das diretrizes da educação nacional.	Submissão da educação a fatores de natureza mercadológica.
Infraestrutura Assimétrica	64% dos usuários da região Norte têm o acesso à internet viabilizado por meio de dispositivos móveis.	Restrição no desenvolvimento de conteúdo e habilidades previstas nos instrumentos normativos.
Invisibilidade Regional	Desconsideração das peculiaridades regionais.	Descontextualização curricular e silenciamento dos saberes locais.

Fonte: A Autora (2026).

Convém registrar que a categorização ora apresentada atende ao questionamento presente no problema central deste estudo. Essa segmentação demonstra que o acesso equânime à educação digital, prevista pela BNCC e pelo PIEC, representa mera retórica no contexto amazônico. As informações coletadas são claras em demonstrar que a dependência tecnocrática e a infraestrutura assimétrica não constituem situações pontuais, mas consequências de um formato de gestão desconectado das subjetividades locais e alinhado a padrões globais.

Desse modo, entende-se como atendido o objetivo inicialmente estabelecido, pois fica evidente que na proporção em que as diretrizes oficiais dispõem sobre competências digitais, a realidade local determina o silenciamento pedagógico de professores e estudantes. Logo, a invisibilidade regional atua como significativo elemento de obstáculo à devida democratização digital.

A Dependência Tecnocrática: O Silenciamento da Escola pela Lógica do Mercado

As informações levantadas atestam que a BNCC é inserida num contexto fortemente influenciado por organismos multilaterais, assim revelando uma orientação pautada na eficiência, padronização curricular e desenvolvimento de competências. Tal orientação, em que pese ser posta como moderna, descortina

uma dinâmica da instituição escolar, deslocando-a de seu papel social para uma prática de adequação ao mercado. Esse achado guarda relação com Vasconcelos, Magalhães e Martineli (2021), na medida em que revela o efeito produzido por organismos multilaterais na redefinição do papel educacional, afastando-o de sua dimensão crítica e aproximando-o de uma função adaptativa.

Os resultados apontam que a cultura digital, enquanto habilidade geral, é conduzida de modo homogêneo, sem dar atenção às peculiaridades do lugar. Essa situação é corroborada por estudos de Amorim e Leite (2019) e Vasconcelos, Magalhães e Martineli (2021), os quais defendem que a educação, ao ser operacionalizada a partir de protocolos externos, tem sua autonomia crítica comprometida.

Os dados revelam a contradição estrutural entre a exigência de inserção digital e a redução de investimento público em infraestrutura, como apontado por Moreira (2020). Essa assincronia demonstra que as diretrizes da educação nacional, estabelecidas sob influência neoliberal, apresentam alto potencial de exclusão, indo, portanto, na contramão da desejada democratização.

A Dualidade entre o Discurso de Modernização e a Realidade Digital

As informações analisadas indicam que a cultura digital, nos limites estabelecidos pela BNCC, desconsidera a estrutura precária existente na região Norte. Acerca desse quadro, importa registrar que enquanto a média nacional de acesso à internet por meio de dispositivo móvel é de 58% (cinquenta e oito por cento), no Amazonas esse índice sobe para 64 (sessenta e quatro) pontos percentuais. Nesse contexto, não se pode olvidar, conforme registrado por Santos *et al.* (2025), que a conectividade realizada nesse formato não é suficiente para a efetivação das medidas estabelecidas nos documentos normativos.

Essa desigualdade materializa a reprodução do capital cultural, processo no qual são exigidas habilidades digitais sem que seja disponibilizada a estrutura tecnológica necessária (Bourdieu, 2023). A manifestação dessa discrepância, em regiões como a Amazônia, consiste em um silenciamento pedagógico, no qual a inovação preconizada pelo PIEC é desafiada pela baixa qualidade de sinal e pelo fornecimento de energia elétrica.

Na Amazônia, os avanços tecnológicos orientados pela BNCC revelam-se falhos na missão de democratizar o ensino, uma vez que as ações correspondentes são variáveis de um quadro com acesso intermitente à internet e uso de equipamentos dependentes de redes móveis. A análise demonstra, portanto, uma situação que tende a minimizar a responsabilização do poder, transferindo-a, exclusivamente, para o indivíduo.

Territórios Esquecidos: A Cultura Digital como Vetor de Exclusão Regional

Faz-se necessário ressaltar que a exclusão digital não pode ser compreendida somente nos limites estabelecidos pela ausência de conexão. Essa leitura ratifica posição assumida por autores como Serejo *et al.* (2026) e Silva *et al.* (2026), que defendem ser a educação digital um marcador social de múltiplas dimensões. Em regiões ribeirinhas e indígenas, não raro, a disponibilização de materiais didáticos é feita por meio de canoas, sendo o mensageiro WhatsApp a principal ferramenta da comunicação entre professores e alunos.

Com amparo em Bourdieu (2023), os achados evidenciam que a exigência de competências digitais, quando ambientada em um cenário desprovido de condições materiais adequadas, é uma medida muito favorável a um restrito grupo que já usufrui de certos privilégios. Por conseguinte, a escola afasta-se de sua missão genuína como ferramenta de mobilidade social para colocar-se como reprodutora de desigualdades.

Nesse sentido, tais regiões consolidam-se como cenários de um paradoxo evidente: a retórica global ressalta a indispensável presença da rede, ao tempo em que as comunidades assentadas nesses lugares são titulares incontestes de um total silenciamento. A alardeada cultura digital, quando estabelecida como métrica de progresso sem a infraestrutura devida, além de ignorar os saberes locais, consolida uma evidente separação.

Logo, a solução para essa situação reclama que a conectividade seja entendida como um direito básico e não como uma finalidade. Do contrário, o ambiente virtual, ao invés de aproximar, transformar-se-á num autêntico mecanismo de afastamento e separação de povos historicamente marginalizados.

O exame integrado das categorias identificadas evidencia que a democracia digital, nos moldes previstos pela BNCC, provoca um ciclo de exclusão retroalimentado. A dependência tecnocrática estabelece um currículo que, além de não dialogar com as peculiaridades territoriais, mostra-se impossibilitado de execução, quando submetido a um quadro de infraestrutura assimétrica. Ademais, em que pese a gravidade dessa situação, o dado mais preocupante é a invisibilidade regional, que silencia as particularidades territoriais da Amazônia.

Por fim, os achados demonstram que a propalada democracia digital, quando desconectada da contextualização geográfica e do devido suporte técnico, transcende de uma imaginária função agregadora para fixar-se como elemento de exclusão e segregação das comunidades assentadas nos rincões da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo presente ofereceu condições de analisar, criticamente, as consequências das reformas neoliberais e da implementação da BNCC para a

educação digital no contexto amazônico. No curso da pesquisa, pode-se constatar que a trajetória adotada pela educação brasileira nos últimos anos não pode ser entendida como um fenômeno isolado. Dessa forma, a análise revela que o desenvolvimento educacional brasileiro, tal como é conduzido, é reflexo de uma agenda estabelecida por organismos multilaterais, para os quais o sucesso mercadológico e a padronização de competências são elementos mais importantes que a valorização dos conhecimentos locais.

Verifica-se a ocorrência de um significativo afastamento entre as disposições estabelecidas por diversos instrumentos normativos e a realidade estrutural existente nas escolas públicas da Amazônia. Esse cenário, resultante de dependência tecnocrática, infraestrutura assimétrica e invisibilidade regional, ratifica que a cultura digital, prevista na BNCC como competência geral, não considera as peculiaridades locais da região Norte.

Percebe-se, ainda, que a padronização de um modelo educacional gera uma realidade marcada pela ausência de recursos tecnológicos imprescindíveis, bem como pela falta de letramento digital por parte da classe docente. Como resultado dessa dinâmica, vê-se o Estado alienando-se de sua responsabilidade para transferi-la ao binômio representado pelo professor e aluno.

Ademais, todo o aparato tecnológico que não se faz acompanhado das condições materiais que lhe conferem efetividade, bem como de um projeto de desenvolvimento regional, deixa de ser elo para posicionar-se no campo da segregação, do afastamento, da discriminação em relação às epistemologias locais. Destarte, deixa a Amazônia na periferia de um projeto de democratização regional.

Cumprir destacar que a presente pesquisa resultou numa experiência exitosa, tendo em vista o cumprimento de seus objetivos específicos. Em princípio, a avaliação documental possibilitou a caracterização das reformas neoliberais na educação digital, evidenciando seu viés tecnocrático. Em segunda análise, a organização dos achados conseguiu elencar as assimetrias infraestruturais, que comprometem o labor educacional no Amazonas. E por fim, o debate teórico e empírico alcançou a finalidade de mostrar a invisibilidade regional como um veículo de exclusão, assim ratificando a leitura de que a padronização universal desconsidera as singularidades territoriais.

Em suma, percebe-se que os resultados demonstram um significativo afastamento entre o regramento federal e o cenário real das escolas públicas amazonenses. As diretrizes oficiais, como BNCC e PIEC, são estabelecidas a partir de uma educação digital idealizada e revelam-se ineptas quando confrontadas com a realidade apresentada pelos estabelecimentos das regiões mais remotas. O cenário formado é caracterizado pelo isolamento geográfico e pela ausência de adequada infraestrutura.

Conclui-se, portanto, do exposto que, no território amazônico, para destituir a educação digital da posição de ferramenta de reprodução do capital e consequente elemento de discriminação, faz-se imperioso que as políticas públicas desconsiderem os conceitos advindos do pensamento neoliberal. Para tanto, é

necessária a conjugação de esforços no sentido da realização de investimentos que entendam a conectividade como bem público fundamental, de modo a assegurar que a inovação pedagógica ocorra em paralelo ao respeito à diversidade cultural dos povos amazônicos. Somente assim, tem-se a garantia de que a escola pública reassuma sua missão genuína; ou seja, promover a cidadania a partir de um pensamento crítico da sociedade que a envolve.

REFERÊNCIAS

Adrião, T.; SILVA, M. V.. A Privatização da Educação Básica e suas Implicações para o Direito Humano à Educação na Contemporaneidade. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 37, n. 79, jan./abr. 2023. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-596x2023000100031>. Acesso em: 05 abr. 2026.

Amorim, F. C. L. de; LEITE, M. J. dos S. A Influência do Banco Mundial na Educação Brasileira: A Definição de um Ajuste Injusto. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 28-41, abr. 2019. Disponível em <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/31889/19366>>. Acesso em: 03 abr. 2026.

ANDRADE, K. M. de A. B.; SOUZA, N. A. B. **Letramento Digital no Contexto das Políticas de Formação Continuada: Desafio à Docência no Município de Codajás-AM**. In: QUINTINO, F. P. de A.. (Org.). **Letramento Digital no Interior do Amazonas: Possibilidades e Desafios Educacionais no Município de Codajás**. Iguatu: Quipá Editora, 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2020

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017**. Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9204.htm>. Acesso em: 03 abr. 2026.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Notas sobre o Brasil no Pisa 2022. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/notas-sobre-o-brasil-no-pisa-2022>>. Acesso em: 05 abr. 2026.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 abr. 2026.

_____. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018. Disponível em <<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 abr. 2026.

CAPOTE, G. B.; NASCIMENTO, C. da S.; RAMALHO, C. H. C. de O.. **Tecnologias Digitais na Educação: dos limites às possibilidades**. In: BIANCHESSI, C.. (Org.). *Tecnologias Digitais na Educação: dos limites às possibilidades*. Vol. 8. Curitiba: Editora Bagai, 2025.

CARVALHO, S. de C. D.; MONTOYA, C. P. C.. Da Norma à Realidade: A BNCC e a Necessidade de uma Educação Contextualizada na Amazônia Brasileira. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 14, n. 6, 2025. Disponível em <<https://rsdjournal.org/rsd/article/view/49053>>. Acesso em: 09 abr. 2026.

COLACIOS, R. D.; ARAUJO, M. A. P. O Banco Mundial e as Atuais Recomendações para a Educação no Brasil. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 22, n. 4, 2024. Disponível em <<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/4037/2729>>. Acesso em: 04 abr. 2026.

CUNHA, E. F. de S. *et al.* Tecnologias Digitais na Educação Básica e a Territorialização das Desigualdades: O Caso do Amazonas. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí, v. 40, n. 122, 2025. Disponível em <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/17273>>. Acesso em: 10 abr. 2026.

FIGUEIRÊDO, A. M.; LOPES, S. L.; ROCHA, S. de F. M.. Influências Mercadológicas e a Diversidade Sociocultural na BNCC e nos Referenciais Curriculares da Amazônia Brasileira. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 30, n. Dossiê Temático, 2025. Disponível em <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/e30074>>. Acesso em: 10 abr. 2026.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KELFER, C. A. *et al.* **Educação a Distância e seus Impactos na Democratização do Ensino: aproximações entre inclusão digital e social**. *Missioneira*, Santo Ângelo, v. 27, n. 11, p. 233-240, 2025. Disponível em <<https://cemipa.com.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/382/383>>. Acesso em: 04 abr. 2026.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 9ª ed. São Paulo: GEN Atlas, 2021.

LÉVY, P.. *Cibercultura*. 3ª ed. **Tradução de Carlos Irineu da Costa**. São Paulo: Editora 34, 2010.

MAGALHÃES, R. C. da S.. **Pandemia de COVID-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais**. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, out./dez. 2021. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/PsyYZM3qmWPBQcBMm5zjGQh/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 03 abr. 2026.

MELO NETO, J. A. de; OLIVEIRA, S. S. B. de. Programa de Inovação Educação Conectada: A Nova Política Nacional para o Uso das Tecnologias Digitais nas Escolas Públicas no Amazonas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, 2022. Disponível em <<https://www.scielo.br/rbedu/a/kkCpVDMNWGydZvDFJj7PkNg/abstract/?lang=en>>. Acesso em: 03 abr. 2026.

MOREIRA, J. A. da S. *et al.* Banco Mundial e as Recomendações Atuais para as Políticas Educacionais no Brasil. FINEDUCA – **Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 10, n. 14, 2020. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/90622>>. Acesso em: 05 abr. 2026.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2024** [livro eletrônico]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2025. Disponível em <<https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2024/domicilios/>>. Acesso em: 06 abr. 2026.

OLIVEIRA, K. N. de; CARVALHO, M. A. O. de; DOLZANE, M. I. F. O Cenário Pandêmico e suas Implicações na Educação Básica: uma análise da experiência do Amazonas no ensino remoto. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 71, p. 171–184, out./dez. 2022. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-03052022000400171&script=sci_abstract>. Acesso em: 08 abr. 2026.

OLIVEIRA, L. L.; ROSSIGNOLI, M.; PÁDUA, F. M. **O Novo Ensino Médio e Políticas Neoliberais: Análise Crítica da Intervenção Estatal e seu Impacto nas Desigualdades Sociais**. Cadernos da Fucamp, Monte Carmelo, v. 41, 2025. Disponível em <<https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3808>>. Acesso em: 02 abr. 2026.

PANTOJA, L. de S.; ZENHA, L.. Educação Ribeirinha e a BNCC: “hackeando” a educação em busca da pluralidade de saberes. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 23, 2025. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762025000100220>. Acesso em: 06 abr. 2026.

RIBEIRO, A. M. *et al.* Políticas educacionais públicas e tecnologias para a educação: em busca da integração das tecnologias digitais no ensino público sob a perspectiva das políticas educacionais. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 30, 2026. Disponível em <<https://zenodo.org/records/18645483>>. Acesso em: 04 abr. 2026.

ROCHA, L. M. da; GOUVEIA, M.. A Exclusão Digital dos Ribeirinhos e seus Impactos no Acesso aos Direitos Previdenciários. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 8, n. 2, 2026. Disponível em <<https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/12171>>. Acesso em 10 abr. 2026.

RODRIGUES, S. A. *et al.* Educação e desigualdade digital: o impacto das políticas públicas na equidade de acesso e permanência escolar. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 22, n. 14, 2025. Disponível em <<https://ojs>>.

studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/21979/12104>. Acesso em: 04 abr. 2026.

SANTOS, J. G. dos *et al.* Desafios da Acessibilidade Digital nas Escolas Públicas da Região Amazônica: Barreiras Tecnológicas e Perspectivas de Integração. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 22, n. 9, 2025. Disponível em <<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/18702>>. Acesso em: 06 abr. 2025.

SEREJO, C. G. P. *et al.* Desigualdade Digital numa Perspectiva Freireana na Amazônia: uma Revisão Sistemática no Ensino de Ciências e Matemática. **Revista Cadernos Cajuína**, São Paulo, v. 11, n. 2, 2026. Disponível em <<https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/1816>>. Acesso em: 09 abr. 2026.

SILVA, M. L. da; SILVA, M. de L. de S. N.; SANTOS, P. C. M. de A. Desafios e Oportunidades na Implementação de Políticas Públicas Educacionais. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, Macapá, v. 7, n. 3, 2025. Disponível em <<https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/5414/5366>>. Acesso em: 04 abr. 2026.

SILVA, L. L. da *et al.* Desigualdade Digital e Desempenho Acadêmico no Enem: uma Análise Regional com Recorte na Amazônia Legal Brasileira. **Revista Foco**, Sete Lagoas, [S. l.], v. 19, n. 1, 2026. Disponível em <<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/11243>>. Acesso em: 08 abr. 2026.

SILVA, M. V. G. da; LIMA, L. A. A. de; PAGNONCELLI, V.. **Plano Nacional de Educação no Brasil (2014-2024): abordagem sobre a influência das políticas econômicas dos organismos internacionais**. *Dialogia*, São Paulo, n. 42, set./dez. 2022. Disponível em <<https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/22169/9832>>. Acesso em: 06 abr. 2026.

TAVARES, M. B.; BORGES, H. da S.. As Influências do Neoliberalismo na Base Nacional Comum Curricular e os Desafios à Educação do Campo na Amazônia. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 32, 2025. Disponível em <<https://ojs.upf.br/index.php/rep/article/view/17391>>. Acesso em: 10 abr. 2026.

VASCONCELOS, C. de M.; MAGALHÃES, C. H. F.; MARTINELLI, T. A. P. A Influência Neoliberal nas Políticas Educacionais Brasileiras: um olhar sobre a BNCC. **Eccos – Revista Científica**, São Paulo, n. 58, jul./set. 2021. Disponível em <<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10726/9223>>. Acesso em: 02 abr. 2026.